



LICITAÇÕES

Governadoria do Estado

Superintendência Estadual de Comunicação Social - SECOM -

Rádio e Televisão do Espírito Santo - RTV -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N°: 008/2021
Órgão/Entidade: Rádio e Televisão Espírito Santo - RTV/ES
Processo N°: 2021-0LC3M
Objeto: Contratação de empresa de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças para os equipamentos de Ar condicionados e Bebedouros.
Empresa vencedora: M F Chiabai Comercio e Serviços - ME.
Valor Global do Lote: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais.
O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 30/04/2021.
Informações: através do e-mail: cpl@rtv.es.gov.br.

Vitória, 03 de Maio de 2021.

Denise Gonçalves Rosa
Pregoeiro Oficial da RTV/ES
Protocolo 666605

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER -

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n° 001/2021 - SEGER - Resultado do Credenciamento
O Estado do Espírito Santo, por meio da SEGER, torna público o resultado dos Habilitados ao **EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL DE BENS MÓVEIS N.º 001/2021 - SEGER**, conforme decisões no processo 2020-FPC3M, como segue:

a) HABILITADOS

- AYRTON DE SOUZA PORTO FILHO
- GABRIEL FARDIN PEREIRA
- MAURO COLODETE
- PIETRÂNGELO ROSALÉM
- SÉRGIO DE PAULA PEREIRA

Informações poderão ser obtidas

exclusivamente pelo e-mail supam@seger.es.gov.br ou pelo tel. (27) 3636-5248.

Vitória, 03 de maio de 2021.

CHRISTIANE WIGNERON GIMENES

Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento e Leilão
Edital de Credenciamento 001/2021
Protocolo 666652

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST -

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2021

Entidade: PRODEST
Processo: 2021-SPH54
Objeto: Contratação de serviços de controle e erradicação de pragas e limpeza de caixa d'água.
Valor estimado:
Lote único: R\$ 5.746,00
Acolhimento das propostas: 05/05/2021 às 08:00h até 18/05/2021 às 09:59h.
Abertura das propostas: 18/05/2021 às 10:00hs.
Abertura da sessão pública: 18/05/2021 às 10:00 h.
O certame será realizado por meio do Sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br. Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
E-mail de contato: pregao@prodest.es.gov.br ou pelo telefone (27) 3636-7158.
Vitória/ES, 03 de maio de 2021
Patricia Santos Lage
Pregoeira / PRODEST
Protocolo 666673

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ -

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 007/2021
Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ /ES.
Processo: 2021-HJ5XV
Objeto: Aquisição de nobreaks.
Valor estimado: R\$ 78.027,73.
Acolhimento de Propostas: 04/05/2021 às 15 horas - 17/05/2021 às 10h30m.

Abertura de propostas: 17/05/2021 às 10h e 31min.
Abertura da sessão pública: 17/05/2021 às 11 horas.
O certame será realizado por meio do sistema SIGA (sistema de realização do pregão), estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br e www.sefaz.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Contato: licitacao@sefaz.es.gov.br / (27) 3347-5117.

Giovanna Demarchi Rosa
Pregoeira CPL/SEFAZ
Protocolo 666637

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 008/2021
Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ /ES.
Processo: 2021-CLH2N
Objeto: Aquisição de itens para fiscalização.
Valor estimado: R\$ 63.856,50.
Acolhimento de Propostas: 04/05/2021 às 15 horas - 18/05/2021 às 10h30m.
Abertura de propostas: 18/05/2021 às 10h e 31min.
Abertura da sessão pública: 18/05/2021 às 11 horas.
O certame será realizado por meio do sistema SIGA (sistema de realização do pregão), estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br e www.sefaz.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Contato: licitacao@sefaz.es.gov.br / (27) 3347-5117.

Giovanna Demarchi Rosa
Pregoeira CPL/SEFAZ
Protocolo 666639

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 006/2021
Órgão: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ /ES.
Processo: 2020-92K5W
Objeto: Registro de Preço para Aquisição de café torrado em grãos.
Valor estimado: R\$ 147.175,00.
Acolhimento de Propostas: 04/05/2021 às 15h00min - 17/05/2021 às 09h00min.
Abertura de propostas:

17/05/2021 às 09h01min.
Abertura da sessão pública: 17/05/2021 às 09h30min.
O certame será realizado por meio do sistema SIGA (sistema de realização do pregão), estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br e www.sefaz.es.gov.br.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.
Contato: licitacao@sefaz.es.gov.br / (27) 3347-5117.

Jéssika Gonçalves Oliveira
Pregoeira CPL/SEFAZ
Protocolo 666643

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 002/2021
Órgão/Entidade: A Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ.
Processo N°: 2021-8R7GR
Objeto: Registro de preços para aquisição de Papel higiênico, papel toalha, detergente e sabonete líquido.
Lote único
Empresa Vencedora: BERIZA COMÉRCIO DE LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 32.952.698/0001-31.
Valor global do lote: R\$401.994,90.
O referido certame foi devidamente homologados pela Autoridade Competente em 03/05/2021.
Conato: licitacao@sefaz.es.gov.br
Telefone: (27)3347-5120

Jéssika Gonçalves Oliveira
Pregoeira CPL/SEFAZ
Protocolo 666707

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 277/2021

Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo N°: 2021-GSBD1
Objeto: Registro de Preços de Bens de Consumo - Bomba e Insumos para funcionamento de Bomba de Insulina - Mandado Judicial.
Valor estimado: R\$ 1.954.669,75
Acolhimento de propostas: 05/05/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 17/05/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 17/05/2021 às 09:00h.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, doravante denominada SEFAZ, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", por meio do site www.compras.es.gov.br, para **AQUISIÇÃO DE ITENS PARA FISCALIZAÇÃO**, conforme Processo nº 2021-CLH2N, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria SEFAZ nº 26 de 05/03/2021, publicada em 08/03/2021 nos termos da Lei 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei 8.666/1993, e do Decreto estadual 2.458-R/2010, bem como da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 049-R/2010, e demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

A participação neste Pregão é permitida exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA", no endereço www.compras.es.gov.br, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 15 horas do dia 04/05/2021.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 10h e 30min do dia 18/05/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 10 horas e 31 min do dia 18/05/2021.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: ÀS 11 horas do dia 18/05/2021.

1.3 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta da Ordem de Compra

2. DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é a aquisição de camisas, coletes, bonés, pins e distintivos personalizados para serem utilizados na identificação dos Auditores Fiscais durante a realização de fiscalização ostensiva, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

2.3 - O recebimento do objeto se fará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual ou equivalente.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do órgão promotor do certame, a cargo da conta da atividade no 04.123.0050.2151, Elemento de Despesa nº 3.3.90.30.00, Fonte 0101, do orçamento da SEFAZ, para o exercício de 2021.

4. DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

4.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

4.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

4.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

4.5 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

4.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

4.7 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

4.8 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

6. DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

6.1 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

7. E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

7.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

8. REFERÊNCIA DE TEMPO

8.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

9. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

9.1 - Somente poderão participar do certame, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e do art. 60 da Lei Complementar estadual 618/2012, microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

9.2 - A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma do item 3 do Anexo III – Exigências para Habilitação.

9.3 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

9.3.1 - Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

9.3.2 Estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;

9.3.3 - Estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

9.3.4 - Estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional.

9.3.5 - Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

9.3.5.1 Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

9.3.6 não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações.

10. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

10.1.1 Coordenar o processo licitatório;

10.1.2 Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

10.1.3 Conduzir a sessão pública na internet;

10.1.4 Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

10.1.5 Dirigir a etapa de lances;

10.1.6 Verificar e julgar as condições de habilitação;

10.1.7 Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

10.1.8 Indicar o vencedor do certame;

10.1.9 Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;

10.1.10 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

10.1.11 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

11.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

11.1.1 - Credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

- 11.1.2 Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- 11.1.3 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 11.1.4 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 11.1.5 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 11.1.6 Utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- 11.1.7 Solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;
- 11.1.8 Submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.
- 11.1.9 O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

12. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

12.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

12.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status "com certificado".

12.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

12.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

12.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

13.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato "pdf", ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo (s) impugnante (s).

13.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

13.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

13.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame

13.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

14.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

14.2 - O licitante vencedor deverá indicar a marca e o modelo do produto oferecido, podendo anexar ficha ou catálogo dos produtos.

14.3 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

14.4 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

14.5 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

14.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

14.7 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

14.8 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9 - A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 16.2, em conformidade com o modelo contido no Anexo II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

14.10 - Digitá-la, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

14.11 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

15. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

15.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

15.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis no sistema.

15.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

15.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

15.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

15.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

15.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

15.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

15.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

15.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

15.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

15.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.

15.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 15.13.2.

15.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

15.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

15.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

15.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

15.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

15.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

15.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

15.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

15.19 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

15.20 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

16. - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

16.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II.A) e dos Documentos de Habilitação (Anexo III).

16.1.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail em formato "PDF" para o endereço de e-mail licitação@sefaz.es.gov.br.

16.3 - Quando a Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação forem remetidos por meio eletrônico (e-mail), o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

16.4 - Quando enviados por correio, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

16.5 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

16.6 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.6.1 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo - CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPagelist.jsp?opcao=todos>).

16.6.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

16.6.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

16.7 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

16.8 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

16.9 - A habilitação do licitante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo Pregoeiro. O registro no CRC/ES não dispensa o licitante de encaminhar nos mesmos prazos os documentos não compreendidos no referido cadastro, ou que já estiverem vencidos.

16.10 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

16.11 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

16.12 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

16.13 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

16.14 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17. DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

17.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

17.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

17.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato "pdf". Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

17.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

17.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

18.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

18.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

18.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

18.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

19.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

19.1.4 - Apresentar documento falso;

19.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

19.1.6 - Não mantiver a proposta;

19.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

19.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

19.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

19.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

19.3.1 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

19.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

19.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

19.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 1 – R\$ 63.856,50 (sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

20.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

- 20.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.
- 20.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.
- 20.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.
- 20.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 20.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.
- 20.9 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.
- 20.10 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.
- 20.11 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.12 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 20.13 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 20.14 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.
- 20.15 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.
- 20.16 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

20.17 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

20.18 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória-ES, 04 de maio de 2021.

Giovanna Demarchi Rosa
Pregoeira – CPL/SEFAZ
Nº Funcional 439311



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de camisas, coletes, bonés e pins personalizados para a Subsecretaria da Receita Estadual, para serem utilizados na identificação dos Auditores Fiscais durante atividades de fiscalização ostensivas, como blitzen, visitas a estabelecimentos, operações especiais e ações de orientação, conscientização e educação tributária.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando que os Auditores Fiscais localizados executam frequentemente atividades externas, tais como, blitzen, operações especiais de fiscalização, orientação e conscientização.

Considerando a necessidade de padronizar e melhorar a apresentação dos Auditores Fiscais na dessas atividades externas, distinguindo e identificando o Auditor Fiscal quando em serviço nas vias ou estabelecimentos.

Considerando que as camisas e os coletes farão referência à SEFAZ/ES e a Receita Estadual, demonstrando a presença do Estado onde for necessário.

Considerando que a utilização dos respectivos itens traz maior confiabilidade e segurança, tanto para os cidadãos como para os Auditores Fiscais, aumentando a sensação de confiança e profissionalismo.

Justifica-se a aquisição de tais itens personalizados, na especificação e quantidade declarados abaixo.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

A ser definida pela CPL - Comissão Permanente de Licitação.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

As especificações, quantidades, bem como todas as informações complementares para a perfeita e regular execução do objeto deste Termo de Referência estão descritas na tabela abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	REFERÊNCIA
1	<p>CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, COM PUNHO, UNISEX, CONFECCIONADA EM MALHA LACOSTE DE POLIVISCOSE, COM O BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO NO TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK, LOCALIZADA NAS COSTAS APROXIMADAMENTE 5 CM ABAIXO DA GOLA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL; DOIS BOTOES; COR DA CAMISA BRANCA; COR DA GOLA BRANCA; COR DO PUNHO BRANCA; TAMANHO: P, M, G E GG.</p> <p>Tamanho/Quantidade: 30 P - 80 M - 110 G - 80 GG</p>	300	UND.	ANEXO 01
2	<p>CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, COM PUNHO, UNISEX, CONFECCIONADA EM MALHA LACOSTE DE POLIVISCOSE, COM O BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO NO TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK, LOCALIZADA NAS COSTAS APROXIMADAMENTE 5 CM ABAIXO DA GOLA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL; DOIS BOTOES; COR DA CAMISA AZUL MARINHO; COR DA GOLA BRANCA; COR DO PUNHO BRANCA; TAMANHO: P, M, G E GG.</p> <p>Tamanho/Quantidade: 30 P - 80 M - 110 G - 80 GG</p>	300	UND.	
3	<p>BONE MODELO AMERICANO, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM NA COR AZUL MARINHO; REGULADOR PRESILHA METAL; ACABAMENTO VIES INTERNOS E CARNEIRA 100% ALGODAO; BOTAO DE METAL ENCAPADOS COM TECIDO AZUL MARINHO; LOGO DA RECEITA ESTADUAL BORDADA NA PARTE FRONTAL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 6X6 CM (ALTURA X LARGURA); BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA PARTE LATERAL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 4X4 CM (ALTURA X LARGURA).</p>	300	UND.	
	<p>COLETE UNISEX SEM MANGA MODELO TRADICIONAL COM FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER REFORÇADO DE PLÁSTICO; MATERIAL: TECIDO BRIM LEVE TENDO ENTRE 60 E 70% ALGODÃO; COR: AZUL MARINHO; ACABAMENTO INTERNO/FORRO: SEM FORRO COM ACABAMENTO EM VIES; CARACTERÍSTICA DA CONFECCAO: 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA FRENTE, APROXIMADAMENTE 7,0 CM ABAIXO DA ALTURA DOS OMBROS; BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LOCALIZADO DO LADO ESQUERDO 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA, COM TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM (ALTURA X LARGURA); LOGO DA RECEITA ESTADUAL BORDADA NA ALTURA DO PEITO, LOCALIZADO DO LADO DIREITO 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA, COM TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM (ALTURA X LARGURA); 02 BOLSOS FRONTAIS PARALELOS, LOCALIZADOS APROXIMADAMENTE 23 CM ABAIXO DOS BORDADOS SUPERIORES, COM FECHAMENTO DE LAPELA E BOTÃO DE PRESSÃO, COM TAMANHO APROXIMADO DE 13 X10 CM (ALTURA X LARGURA); 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS, PARALELA A FITA REFLETIVA DA FRENTE; 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA PARTE INFERIOR DAS COSTAS,</p>			



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

4	PARALELA A PARTE INFERIOR DOS BOLSOS FRONTAIS; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK NAS COSTAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL, CENTRALIZADA E LOCALIZADA 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA; TAMANHO: TAMANHO: M, G E GG. Tamanho/Quantidade: 30 M - 60 G - 60 GG	150	UND.
5	BOTON DE AÇO INOX COM CORTE A LASER, TAMANHO 2,5CM, ESPESSURA 0,8 MM, COM FECHO DE PRESSÃO, BASE DE INOX, PELICULA DE POLIESTER COM IMPRESSÃO DIGITAL E APLICAÇÃO DE RESINA EPOXI, COM LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL.	300	UND.
6	DISTINTIVO; PADRAO MILITAR: MATERIAL LIGA ZAMAC: BANHO OURO, PINTURA AUTOMOTIVA COM APLICAÇÃO DE RESINA EPOXI; PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO IMPRESSO EM ALTO RELEVO E CENTRALIZADO ENTRE AS PALAVRAS "AUDITOR FISCAL" QUE SERÃO CONFECCIONADAS EM PLACAS DE LIGA ZAMAC BANHO OURO COM AS LETRAS VAZADAS; TAMANHO TOTAL APROXIMADO DA IMPRESSÃO DE 8 CM ALTURA X 5 CM LARGURA; CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA REFORCADA REVESTIDO DE COURO LEGÍTIMO MEDINDO 10 CM ALTURA X 7 CM LARGURA : COM CLIPES PARA PRENDER NA CINTURA OU VESTIMENTA E CORRENTE DE APROXIMADAMENTE 80 CM PARA USO NO PESCOÇO.	300	UND.

Os produtos deverão ser produzidos com base no layout apresentado no ANEXO 01 deste Termo de Referência.

A quantidade foi estimada considerando a número de Auditores Fiscais ativos.

5. AMOSTRA

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir de sua solicitação formal, 01 (uma) amostra de cada produto, embalada e lacrada.

A amostra servirá para verificar a qualidade dos produtos apresentados e a avaliação será realizada em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, considerando as especificações contidas no Termo de Referência, tais como, dimensões, composição do material, espessura, capacidade e outros.

Será rejeitada a amostra que apresentar divergência em relação às especificações técnicas e exigências contidas no Termo de Referência.

As amostras aprovadas permanecerão em poder da SEFAZ até a entrega definitiva dos respectivos itens, com o objetivo de avaliar se o material entregue confere com o aprovado.

Estas amostras serão devolvidas ao fornecedor no momento em que o produto for recebido definitivamente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

As amostras reprovadas serão devolvidas imediatamente ao licitante.

As amostras não necessitam de personalização, pois neste momento será realizada apenas a análise da constituição do produto, e a personalização será avaliada na entrega da peça piloto, conforme descrito nas letras "A" e "B" do item "8".

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O licitante arrematante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração expedido por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado da empresa ou órgão, devidamente assinado e carimbado, que comprove o fornecimento, sem restrição, de produto semelhante ao objeto deste termo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento da execução dos serviços contratados;
- b) Notificar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, fixando-lhe prazo para a correção de tais irregularidades;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, mediante a apresentação das faturas dos serviços devidamente atestados pelo responsável do recebimento do material.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A contratada deverá apresentar à Gerência Fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento, 1(uma) peça piloto de cada item, para análise e aprovação do produto;
- b) Se a peça piloto for aprovada será descontada da quantidade total dos produtos, caso contrário, será devolvida ao fornecedor para confecção de outra que atenda as exigências estabelecidas;
- c) A empresa ficará obrigada os itens no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da aprovação da peça piloto;
- d) Substituir de imediato e sem custo à SEFAZ, caso haja necessidade, todas os itens que não estiverem de acordo com a peça piloto, ou aqueles que apresentarem falhas de fabricação durante o período de garantia;
- e) Fornecer os produtos com garantia mínima de 06 (seis) meses a contar de sua entrega;
- f) A empresa contratada será responsável pela entrega dos produtos, conforme estabelecido no item 4, arcando com toda a logística inerente ao fornecimento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

- g) A empresa contratada deverá executar fielmente o fornecimento, entregando os itens nas quantidades, local e especificações definidas e não poderá, em hipótese alguma, reproduzir outros exemplares sem prévia autorização da SEFAZ;
- h) No preço, deverão estar inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes ao objeto a ser contratado;
- i) A contratada deverá garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos e entregar de acordo com as condições e prazos propostos;
- j) Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados em embalagem individual com a identificação externa do tamanho.
- k) Havendo anormalidades em algum produto, a contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo servidor ou pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto contratado.

9. LOCAL DE ENTREGA

A entrega dos produtos, será realizada na Gerência Fiscal (GEFIS), Av. João Batista Parra, nº 600, 4º andar (Ala Ponte) - Enseada do Suá - Vitória - ES. CEP 29050-375.

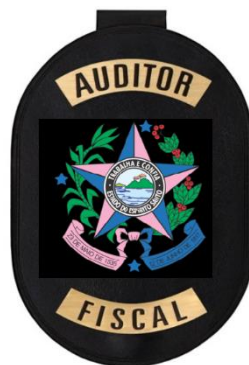
10. PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias úteis contados da data de certificação do fornecimento dos produtos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 01





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

_____ de _____ de _____.

PREGÃO Nº 008/2021

Empresa: (_____ Nome da Empresa _____)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	248225	1	CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, COM PUNHO, UNISEX, CONFECCIONADA EM MALHA LACOSTE DE POLIVISCOSE, COM O BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO NO TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK, LOCALIZADA NAS COSTAS APROXIMADAMENTE 5 CM ABAIXO DA GOLA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL; DOIS BOTOES; COR DA CAMISA BRANCA ; COR DA GOLA BRANCA; COR DO PUNHO BRANCA; TAMANHO: P, M, G E GG. Tamanho/Quantidade: 30 P - 80 M - 110 G - 80 GG	UNIDADE	300		40,27	12.081,00
	248226	2	CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, COM PUNHO, UNISEX, CONFECCIONADA EM MALHA LACOSTE DE POLIVISCOSE, COM O BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO NO TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK, LOCALIZADA NAS COSTAS APROXIMADAMENTE 5 CM ABAIXO DA GOLA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL; DOIS BOTOES; COR DA CAMISA AZUL MARINHO ; COR DA GOLA BRANCA; COR DO PUNHO BRANCA; TAMANHO: P, M, G E GG. Tamanho/Quantidade: 30 P - 80 M - 110 G - 80 GG	UNIDADE	300		40,27	12.081,00
	248227	3	BONE MODELO AMERICANO, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM NA COR AZUL MARINHO; REGULADOR PRESILHA METAL; ACABAMENTO VIES INTERNOS E CARNEIRA 100% ALGODAO; BOTAO DE METAL ENCAPADOS COM TECIDO AZUL MARINHO; LOGO DA RECEITA ESTADUAL BORDADA NA PARTE FRONTAL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 6X6 CM (ALTURA X LARGURA); BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA PARTE LATERAL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 4X4 CM (ALTURA X LARGURA).	UNIDADE	300		17,00	5.100,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

248228	4	COLETE UNISSEX SEM MANGA MODELO TRADICIONAL COM FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER REFORÇADO DE PLÁSTICO; MATERIAL: TECIDO BRIM LEVE TENDO ENTRE 60 E 70% ALGODÃO; COR: AZUL MARINHO; ACABAMENTO INTERNO/FORRO: SEM FORRO COM ACABAMENTO EM VIES; CARACTERÍSTICA DA CONFECCAO: 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA FRENTE, APROXIMADAMENTE 7,0 CM ABAIXO DA ALTURA DOS OMBROS; BRASÃO DO ESTADO BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LOCALIZADO DO LADO ESQUERDO 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA, COM TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM (ALTURA X LARGURA); LOGO DA RECEITA ESTADUAL BORDADA NA ALTURA DO PEITO, LOCALIZADO DO LADO DIREITO 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA, COM TAMANHO APROXIMADO DE 8X8 CM (ALTURA X LARGURA); 02 BOLSOS FRONTAIS PARALELOS, LOCALIZADOS APROXIMADAMENTE 23 CM ABAIXO DOS BORDADOS SUPERIORES, COM FECHAMENTO DE LAPELA E BOTÃO DE PRESSÃO, COM TAMANHO APROXIMADO DE 13 X10 CM (ALTURA X LARGURA); 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS, PARALELA A FITA REFLETIVA DA FRENTE; 01 FITA REFLETIVA LARANJA COM BORDA BRANCA, LARGURA DE 2,5 CM, LOCALIZADA NA PARTE INFERIOR DAS COSTAS, PARALELA A PARTE INFERIOR DOS BOLSOS FRONTAIS; LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL EM SILK NAS COSTAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM DE LARGURA X ALTURA PROPORCIONAL, CENTRALIZADA E LOCALIZADA 3,5 CM ABAIXO DA FITA REFLETIVA; TAMANHO: TAMANHO: M, G E GG.	UNIDADE	150	88,93	13.339,50
248229	5	BOTON DE AÇO INOX COM CORTE A LASER, TAMANHO 2,5CM, ESPESSURA 0,8 MM, COM FECHO DE PRESSÃO, BASE DE INOX, PELICULA DE POLIESTER COM IMPRESSÃO DIGITAL E APLICAÇÃO DE RESINA EPOXI, COM LOGOMARCA DA RECEITA ESTADUAL.	UNIDADE	300	13,40	4.020,00
248230	6	DISTINTIVO; PADRAO MILITAR: MATERIAL LIGA ZAMAC; BANHO OURO, PINTURA AUTOMOTIVA COM APLICAÇÃO DE RESINA EPOXI; PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO IMPRESSO EM ALTO RELEVO E CENTRALIZADO ENTRE AS PALAVRAS "AUDITOR FISCAL" QUE SERÃO CONFECCIONADAS EM PLACAS DE LIGA ZAMAC BANHO OURO COM AS LETRAS VAZADAS; TAMANHO TOTAL APROXIMADO DA IMPRESSÃO DE 8 CM ALTURA X 5 CM LARGURA; CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA REFORCADA REVESTIDO DE COURO LEGÍTIMO MEDINDO 10 CM ALTURA X 7 CM LARGURA : COM CLIPES PARA PRENDER NA CINTURA OU VESTIMENTA E CORRENTE DE APROXIMADAMENTE 80 CM PARA USO NO PESCOÇO.	UNIDADE	300	57,4500	17.235,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 01					R\$	63.856,50

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexo III do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

**ANEXO II.B - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL**

DADOS DO ASSINANTE	
NOME:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR:	
CPF:	
CARGO:	NACIONALIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA	
NOME COMPLETO:	
CNPJ:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
E-MAIL:	
TEL.:	FAX:
BANCO AGÊNCIA Nº. / DIG.VER. NÚMERO DA CONTA:	
DADOS DO PREPOSTO	
NOME COMPLETO:	
Nº. DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR:	
CPF:	NACIONALIDADE:
CARGO NA EMPRESA:	
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:

Vitória, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



ANEXO III – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

1.1.3 - Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

1.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

1.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

1.2.6.1 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.6.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.6.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

1.2.6.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.2.6.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

1.2.6.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

1.2.6.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

1.2.6.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

1.2.6.2.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto desta licitação.

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

1.4.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

1.4.2 - No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

1.4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

1.5 - DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF

1.5.1 - Declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

2.1 - Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

2.2 - Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2.

2.3 - Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

2.4 - Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

2.5 - O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada.

2.6 - Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

2.7 - Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

3.1 - A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma dos itens seguintes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

3.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

3.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptant.es.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

3.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

3.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

3.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

3.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

3.3.3 - Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.3.4 - Cópia do contrato social e suas alterações; e

3.3.5 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

3.4 - Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

3.5 - O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei 8.666/1993, quando for o caso.

3.6 - Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

3.7 - A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO IV – MINUTA DA ORDEM DE COMPRA

Ordem de Compra nº. ____/2021

Ref.: Pregão nº 008/2021

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	Telefone:

Autorizamos V.S. ^a a fornecer o material adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº 0XX/2021 e à sua proposta de _____ - Processo nº 2021-CLH2N.

I – DO OBJETO

Item Especificações

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO)

Marca/referência: _____;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: ____ - _____; Elemento de Despesa _____ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de _____.

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto no Edital em epígrafe.

(local), _____ de _____ de _____.

Atenciosamente,

SEFAZ

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(local), _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GIOVANNA DEMARCHI ROSA
PRESIDENTE (CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEFAZ)
SEFAZ - SEFAZ
assinado em 03/05/2021 13:43:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/05/2021 13:43:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GIOVANNA DEMARCHI ROSA (PRESIDENTE (CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SEFAZ) - SEFAZ - SEFAZ)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-BDRF78>